



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV-PI
SETOR DE PROTOCOLO ALEPI - SEGOV-PI

Av. Antonino Freire, 1450 Palácio de Karnak - Bairro Centro, Teresina/PI, CEP
64001-140

Telefone: - <http://www.pi.gov.br>

EXPEDIENTE 2024/SEGOV-PI/GAB/PROTO-ALEPI
2024.

Teresina/PI, 30 de abril de

AL-P-(SGM) Nº 087/2024

Excelentíssimo Senhor
RAFAEL TAJRA FONTELES
Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Autógrafo da Lei** de autoria do **Deputado Rubens Vieira** que: ***"Institui a Política Estadual de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública do estado do Piauí"***.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **FRANZÉ SILVA**
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José Alves da Silva - RG.641761-SSP-PI, Presidente da Assembleia Legislativa**, em 30/04/2024, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **012283192** e o código CRC **8233E423**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº
00010.004716/2024-42

SEI nº 012283192



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV-PI
SETOR DE PROTOCOLO ALEPI - SEGOV-PI

Av. Antonino Freire, 1450 Palácio de Karnak - Bairro Centro, Teresina/PI, CEP
64001-140

Telefone: - <http://www.pi.gov.br>

PROPOSIÇÃO 2024/SEGOV-PI/GAB/PROTO-ALEPI
2024.

Teresina/PI, 30 de abril de

LEI Nº

DE

DE

DE 2024

*Institui a Política Estadual de Valorização dos
Profissionais de Segurança Pública do estado
do Piauí.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder
Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Valorização dos
Profissionais de Segurança Pública, com o objetivo de promover o
reconhecimento, a valorização, o fortalecimento das condições de trabalho,
qualidade de vida, saúde física e mental, segurança e desenvolvimento pessoal
dos profissionais ativos, inativos e seus familiares, vinculados às instituições de
segurança pública estaduais.

Art. 2º São diretrizes da Política de Valorização dos Profissionais de
Segurança Pública:

I - o reconhecimento da dignidade e do valor social da função dos
profissionais de segurança pública;

II - a promoção de ações de desenvolvimento pessoal, controle do
estresse e educação financeira;

III - campanhas de prevenção de acidentes de trabalho e doenças
ocupacionais;

IV - a elaboração e implementação de Planos Institucionais de
Valorização integrados à outros planos desenvolvidos pela Secretaria de
Segurança Pública em nível estadual;

V - a promoção de um ambiente de trabalho seguro, saudável e que
estimele a motivação e iniciativa dos servidores;

VI - a garantia de acesso à formação continuada, objetivando que os
profissionais tenham acesso a cursos de atualização.

Art. 3º A Política Estadual de Valorização dos Profissionais de
Segurança Pública abrangerá:

I - pesquisas diagnósticas sobre as condições de vida e trabalho dos
servidores e das servidoras;

II - utilização de dados para monitoramento de indicadores de qualidade de vida;

III - realização de seminários, *workshops* e ciclos de palestras;

IV - capacitação e formação de uma rede de valorização do servidor;

V - implementação de grupos de apoio nas instituições de segurança pública.

Art. 4º A Secretaria de Segurança Pública do estado do Piauí, em conjunto com as instituições de segurança pública estaduais, será responsável pela coordenação, implementação e monitoramento da Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública.

Art. 5º Serão criados indicadores de monitoramento da Política de que trata esta Lei, incluindo índice de satisfação institucional dos servidores, para avaliação contínua das ações implementadas.

Art. 6º A Secretaria de Segurança Pública desenvolverá ações para a estruturação de um Comitê Interinstitucional de Valorização da Qualidade de Vida do Servidor e da Servidora da Segurança Pública, ou outro em mesmo sentido, responsável por coordenar a implementação das políticas, programas e ações de valorização definidos nesta Lei.

Art. 7º O Comitê de que trata o artigo anterior será composto por representantes das seguintes entidades:

I - Secretaria da Segurança Pública;

II - Polícia Militar do Estado do Piauí;

III - Polícia Civil do Estado do Piauí;

IV - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí;

V - Departamento de Polícia Técnica e Científica;

VI - Associações representativas dos servidores;

VII - Representantes da sociedade civil com experiência comprovada na área de segurança pública.

Art. 8º O Comitê de que trata o artigo 6º terá as seguintes competências:

I - propor diretrizes para a Política Estadual de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública;

II - monitorar e avaliar a implementação das políticas, programas e ações;

III - fomentar a integração entre as diferentes instituições de segurança pública e entre estas e outros órgãos públicos e privados;

IV - elaborar relatórios anuais sobre a implementação e os resultados das políticas de valorização.

Art. 9º Será promovida a integração das ações de valorização com as políticas de segurança pública já existentes, visando ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho e à efetividade na prestação de serviços à comunidade.

Art. 10. Os programas de capacitação e desenvolvimento profissional serão planejados de modo a abranger todos os aspectos relevantes à atuação dos servidores, incluindo atualizações técnicas, habilidades de gestão e liderança, bem

como conhecimentos sobre direitos humanos e ética profissional.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará as normas complementares necessárias à plena execução desta Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina (PI), 24 de abril de 2024.

Dep. **FRANZÉ SILVA**
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José Alves da Silva - RG.641761-SSP-PI, Presidente da Assembleia Legislativa**, em 30/04/2024, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **012283445** e o código CRC **0B36F251**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00010.004716/2024-42

SEI nº 012283445